



Ministério da Fazenda
Assistente Técnico-Administrativo (ATA)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Ortografia oficial	2
Acentuação gráfica.....	4
Emprego das classes de palavras.....	6
Emprego do sinal indicativo de crase.....	17
Sintaxe da oração e do período	19
Pontuação	23
Concordância nominal e verbal	28
Regência nominal e verbal	30
Significação das palavras.....	32
Redação Oficial: Manual de Redação da Presidência da República. Redação de correspondências oficiais: documentos oficiais utilizados pelas instituições públicas brasileiras	33
Questões	51
Gabarito.....	59

MATEMÁTICA

Numeração . Números Decimais e Bases não Decimais.....	1
Conjuntos Numéricos: Números naturais. Números fracionários e Operações com frações. Dízimas Periódicas	4
múltiplos, divisores, divisibilidade e restos. M.D.C. e M.M.C	24
Sistemas de Unidade	31
Notação Científica	37
Razões e Proporções.....	37
Escalas	40
Divisão Proporcional.....	41
Regra de Três Simples ou Composta.....	45
Teoria dos Conjuntos.....	46
Relações, Funções de Primeiro e Segundo Grau	52

SUMÁRIO



Noções de Probabilidade e Estatística Descritiva	62
Noções de Lógica.....	66
Matemática Financeira e Porcentagem.....	72
Aplicações e Operações com Inequações	77
Sequências e Progressões Aritméticas e Geométricas.....	80
Operações com Matrizes.....	85
Logaritmos.....	93
Raízes e Radicais.....	95
Fatoração Algébrica.....	98
Questões	102
Gabarito.....	108

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	2
Lógica sentencial (ou proposicional): Proposições simples e compostas, Tabelas-verdade, Equivalências	9
Diagramas lógicos.....	15
Lógica de primeira ordem.....	18
Princípios de contagem e probabilidade	22
Operações com conjuntos.....	28
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	35
Questões	38
Gabarito.....	45

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Conhecimentos básicos de linguagens de programação relativos a Lógica e Estrutura de programação	1
Conceitos básicos de Datamining e Datawarehouse	5
Conceitos básicos de armazenamento de dados. Banco de Dados Relacional	6
Conceitos básicos sobre a arquitetura e administração de Banco de Dados	17
Conhecimentos básicos de ambiente de servidores: Estrutura de servidores físicos e virtualizados.....	20
Conceito de Computação em Nuvem (Cloud Computing)	22

SUMÁRIO



Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações	26
Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação na Internet, correio eletrônico, redes sociais, grupos de discussão e de busca	50
Conceitos básicos sobre ameaças e segurança da informação	68
Questões	75
Gabarito.....	84

ATUALIDADES

Atualidades.....	1
------------------	---

GESTÃO DE PESSOAS E DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Desafios da Ouvidoria Pública no Brasil	1
Carta de Serviços ao Cidadão.....	8
Decreto nº 6.932/2009.....	15
Lei de Acesso a Informação - Lei 12.527/2011	22
Aprendizagem e Comportamentos Organizacionais	41
Comunicação Eficaz.....	45
Motivação	52
Formação e Desenvolvimento de Equipes.....	59
Administração de Conflitos E Gestão da Mudança	65
Clima e Cultura Organizacionais	73
Questões	79
Gabarito.....	82

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ética e moral; Ética, princípios e valores.....	1
Ética e democracia: exercício da cidadania	5
Ética e função pública	7
Ética no Setor Público; Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal)	10
Resoluções 1 a 10 da Comissão de Ética Pública da Presidência da República	17
Questões	44
Gabarito.....	51

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Conceito de Administração Pública. Princípios da Administração Pública.....	1
Hierarquia.....	4
Poder Hierárquico e suas Manifestações.....	5
Poderes do Estado.....	8
Formação e Organização da Administração Pública Brasileira. Desconcentração e Descentralização.....	12
Concentração.....	19
Decreto-Lei nº 200/1967.....	20
O Brasil e sua Administração Pública: Da República velha aos dias atuais.....	54
Nascimento e Afirmação da República Brasileira.....	56
Aspectos Fundamentais na Formação do Estado Brasileiro. Teorias das Formas e dos Sistemas de Governo.....	58
Análise Crítica aos Modelos de Gestão Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial.....	60
Controle Interno e Externo da Administração Pública.....	61
Lei nº 8.443/92.....	70
Medidas Organizacionais para o Aprimoramento da Administração Pública Federal....	90
Manual de Orientação para Arranjo Institucional de Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.....	92
Manual Técnico de Orçamento- MTO-2014.....	94
Processo Administrativo em Âmbito Federal.....	96
Questões.....	113
Gabarito.....	116

REGIME JURÍDICO DOS AGENTES PÚBLICOS

Normas Constitucionais Pertinentes aos Servidores Públicos.....	1
Direitos, Deveres e Proibições do Servidor Público e seu Regime Disciplinar; Formas de Provimento e Vacância do Cargo Público; Seguridade Social do Servidor.....	5
Lei nº 8.429/1992: Disposições Gerais, Atos de Improbidade Administrativa.....	94
Decreto nº 7.203/2010.....	108
Decreto-Lei nº 2.848/1940: Artigos 153; 296; 311-A/337-A e 359-A/359-H.....	110
Questões.....	117
Gabarito.....	124

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A numeração é o sistema ou processo que utilizamos para representar números. Ela é uma construção cultural e histórica que permite aos seres humanos quantificar, ordenar e calcular. Ao longo da história, diversas civilizações desenvolveram seus próprios sistemas de numeração, muitos dos quais têm influenciado os métodos que usamos hoje.

Existem alguns sistemas notáveis, incluindo:

- Sistema Decimal: Utiliza dez dígitos, de 0 a 9, e é o sistema de numeração mais utilizado no mundo para a representação e o processamento de números em diversas áreas do conhecimento e atividades cotidianas.
- Sistema Binário: Utiliza apenas dois dígitos, 0 e 1, e é a base para a computação moderna e o processamento de dados digitais.
- Sistema Octal: Baseado em oito dígitos, de 0 a 7, foi usado em alguns sistemas de computação no passado.
- Sistema Hexadecimal: Com 16 símbolos, de 0 a 9 e de A a F, é frequentemente usado em programação e sistemas de computação para representar valores binários de forma mais compacta.
- Sistema Romano: Um sistema não posicional que utiliza letras para representar números e foi amplamente usado no Império Romano.

A escolha de um sistema de numeração pode depender de vários fatores, como a facilidade de uso em cálculos, a tradição cultural, ou a aplicação prática em tecnologia. A seguir, vamos explorar os sistemas de numeração decimal e romano:

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

HINDU 300 a.C	-	=	≡	♀	∩	♁	∩	∩	∩	
HINDU 500 d.C	∩	∩	∩	∩	∩	(∩	∩	∩	∩
ÁRABE 900 d.C	1	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩
ITALIANO 1400 d.C	1	2	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩	∩
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Evolução do sistema de numeração decimal



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, \dots)

Seja a proposição p : Carlos é professor

Uma outra proposição q : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

\vee : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

\Leftrightarrow : Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)

$p \Leftrightarrow q$: Carlos é professor se, e somente se, a moeda do Brasil é o Real



ALGORITMOS

Um algoritmo é uma receita que define uma tarefa passo a passo, posteriormente este algoritmo é convertido em uma linguagem de computador para que uma tarefa seja executada. Em termos mais técnicos, podemos dizer que um algoritmo é uma sequência finita e lógica que é definida por instruções que devem ser seguidas para resolver uma tarefa.

Como dissemos, um algoritmo é uma definição de sequência de operações, no nosso dia a dia utilizamos algoritmos intuitivamente, por exemplo, vejamos abaixo:

ALGORITMO PARA A TROCA DE UMA LÂMPADA
Início
Verifica se o interruptor está desligado;
Procura uma lâmpada nova;
Pega uma escada;
Leva a escada até o local;
Posiciona a escada;
Sobe os degraus;
Para na altura apropriada;
Retira a lâmpada queimada;
Coloca a lâmpada nova;
Desce da escada;
Aciona o interruptor;
Se a lâmpada não acender, então:
Retira a lâmpada queimada;
Coloca outra lâmpada nova
Senão
Tarefa terminada;
Joga a lâmpada queimada no lixo;
Guarda a escada;
Fim

FLUXOGRAMAS

O fluxograma é a representação gráfica do algoritmo. O fluxograma utiliza-se de figuras que iniciam uma sequência de operações e finalizam esta sequência, demonstrando assim de forma lógica as operações.

• Simbologia

Veremos a seguir cada símbolo e qual a sua função.

 TERMINAL	Utilizado para simbolizar o início e fim da sequência;
--	--



BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.



A ouvidoria pública é uma ferramenta essencial para a gestão democrática, oferecendo aos cidadãos um canal direto para manifestarem suas opiniões, críticas e sugestões sobre os serviços públicos. Em um país de dimensões continentais e com marcadas desigualdades sociais como o Brasil, as ouvidorias desempenham um papel crucial no fortalecimento do controle social e na promoção da transparência, garantindo que a administração pública esteja mais alinhada às reais necessidades da população.

Embora as ouvidorias tenham um potencial significativo para impulsionar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, elas enfrentam uma série de desafios que limitam sua atuação. A falta de autonomia, a escassez de recursos e a baixa visibilidade são apenas algumas das dificuldades enfrentadas por essas instituições. Tais obstáculos comprometem não apenas a eficácia das ouvidorias, mas também a confiança dos cidadãos em seu papel mediador.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS NO BRASIL

› Origem e Desenvolvimento das Ouvidorias no País

As ouvidorias públicas no Brasil têm raízes históricas relativamente recentes, em comparação a outros mecanismos de participação cidadã. Seu surgimento está associado ao processo de redemocratização do país, a partir da década de 1980, quando emergiram como parte de uma série de iniciativas voltadas ao fortalecimento da democracia participativa e ao controle social.

O marco inicial da institucionalização das ouvidorias ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu princípios fundamentais de transparência, participação popular e controle da administração pública. Inspiradas por modelos estrangeiros, como o *ombudsman* escandinavo, as primeiras ouvidorias públicas começaram a ser implementadas por órgãos governamentais e entidades autônomas com o objetivo de criar um canal direto entre o cidadão e o Estado.

A partir da década de 1990, o número de ouvidorias cresceu de forma significativa, impulsionado pela necessidade de mecanismos de diálogo entre governo e sociedade. A criação de ouvidorias em ministérios, empresas estatais e entidades reguladoras foi motivada por iniciativas voltadas a aumentar a eficiência administrativa e a promover a accountability pública.

› Marcos Legais e Institucionais Relevantes

A evolução das ouvidorias públicas foi acompanhada pela consolidação de um arcabouço jurídico que ampara sua atuação. Alguns dos principais marcos incluem:

- **Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011):** Instituiu a obrigatoriedade de órgãos públicos responderem às demandas da sociedade, reforçando a importância das ouvidorias como pontos focais para atender solicitações de informação.

- **Lei Geral das Ouvidorias (Lei nº 13.460/2017):** Também conhecida como o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, essa legislação trouxe normas específicas para regulamentar a atuação das ouvidorias, detalhando direitos e deveres tanto dos cidadãos quanto das instituições públicas.

- **Criação da Rede Nacional de Ouvidorias:** Em 2015, o Governo Federal instituiu a Rede Nacional de Ouvidorias, coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU). O objetivo foi integrar e padronizar as práticas de ouvidorias em âmbito federal, estadual e municipal.



Ética do Servidor na Administração Pública

Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.¹

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

ÉTICA
Ethos (grego): caráter, morada do ser;
Disciplina filosófica (parte da filosofia);
Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;
Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;
Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;
Fornece os critérios para eleição da melhor conduta.

Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego Mos ou Morus, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

¹ [NALINI, José Renato. Conceito de Ética. Disponível em: www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc.]
[ADOLFO SÁNCHEZ V ÁZQUEZ, Ética, p. 12. Para o autor, Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.]

[Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (Filosofia do direito, p. 73, ao citar o Vocabulaire de la philosophie, de LALANDE).]
[EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa, p. 12.]



Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

— Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).



Servidores Públicos

Os servidores públicos são pessoas físicas que prestam serviços à administração pública direta, às autarquias ou fundações públicas, gerando entre as partes um vínculo empregatício ou estatutário. Esses serviços são prestados à União, aos Estados-membros, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

As disposições sobre os Servidores Públicos estão elencadas dos Artigos 39 a 41 da CF. Vejamos:

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

(...)

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(...)

SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Vide ADI nº 2.135)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADI nº 2.135)

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo - se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§3º Aplica - se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)